

“Biografia cultural das coisas”: aporte metodológico para o estudo do Turismo

“Cultural biography of things”: methodological contribution to the study of Tourism

Maria Amália Silva Alves Oliveira¹

mariaamali@gmail.com

Resumo

Neste trabalho é apresentada a rentabilidade analítica das formulações teóricas de Igor Kopytoff (2010) para o estudo do Turismo, o qual argumenta que mercadoria não é uma essência permanente das coisas, e sim uma fase na vida de algumas coisas. Ao sugerir que as coisas possuem biografias culturais, Kopytoff abre a possibilidade de percepção de que a fase mercantil dos denominados “produtos turísticos” não reflete a história e a trajetória dos mesmos, ou seja, os produtos turísticos não existem apenas enquanto mercadorias. Perseguindo a biografia cultural de objetos classificados socialmente como “produtos ou destinos turísticos”, torna-se possível captar aspectos que vulgarizam ou singularizam determinada sociedade. Nesta linha de raciocínio, utilizo o caso das ruínas do conjunto arquitetônico do núcleo urbano do extinto município de São João Marcos (RJ), cujos dados foram coletados em trabalho de campo realizado entre os anos de 2009 e 2012.

Palavras-chave: Biografia cultural; Turismo; Ruínas.

Abstract

This paper presents the analytical profitability of theoretical formulations of Igor Kopytoff (2010) to the study of Tourism, which argues that such merchandise is not a permanent essence of things, but a phase in the life of a few things. To suggest that things have cultural biographies, Kopytoff opens the possibility of perception that the commercial phase of so-called “tourist products” does not reflect its history and trajectory, what means tourism products do not only exist as commodities. Chasing the cultural biography of objects socially classified as “products or tourist destinations”, it becomes possible to capture aspects that vulgarize or singularize a particular society. In this line of reasoning, we use the case of the architectural ensemble of the urban core ruins in the former municipality of São João Marcos (RJ), whose data were collected in fieldwork conducted between the years 2009 and 2012.

Keywords: Cultural biography; Tourism; Ruins.

¹ Doutora em Antropologia. Graduada em Turismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/Unirio). Desenvolve pesquisas sobre os temas Turismo, Patrimônio, Memória e Cultura. Coordena o Observatório de Turismo da Unirio, projeto financiado pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa de Educação Tutorial (PET). Coordena e participa de pesquisas financiadas pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com projetos aprovados em andamento através do Edital Ciências Sociais Aplicadas e apoio Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro).

Introdução

Atrativo, produto e destino turístico são conceitos que permeiam a literatura sobre turismo, especialmente no que tange as discussões acerca de planejamento e marketing de espaços receptores de turistas. Autores como Cooper et al (2001), Valls (2006), entre outros, debruçaram-se sobre tais conceitos e, a partir destes autores, torna-se óbvia a noção de que atrativo e produto turístico relacionam-se com a noção de destino turístico. De forma que as conceituações resultantes destas terminologias particularizam fases de um processo de mercantilização de um recurso natural ou cultural em objeto de consumo.

Neste processo de transformação de um recurso natural ou cultural em objeto de consumo, ainda apoiados na literatura sobre turismo, utilizamos o conceito de atrativo turístico enquanto composto de locais, objetos, equipamentos, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. De acordo com o Ministério do Turismo Brasileiro (2007), os atrativos podem ser culturais, naturais, atividades econômicas e eventos programados.

Valls (2006, p. 27) define atrativo como “elemento que desencadeia o processo turístico”, sendo, então, a matéria-prima da atividade turística. Já o conceito de produto turístico, também de acordo com o Ministério do Turismo Brasileiro (2007), vem a ser o “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço”. Concluindo com Valls, destino turístico é o composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar.

A farta bibliografia sobre planejamento, marketing e gestão turística apresenta uma série de estudos e metodologias acerca de como agregar valor turístico² a um atrativo em potencial; entretanto, a questão que aqui se propõe como reflexão e, justificada em uma Antropologia do Turismo, é a proposição da rentabilidade analítica do referencial teórico inserido na denominada *Antropologia dos Objetos*³, que nos permite pensar como um objeto, entendido aqui como algo material ou imaterial, é socialmente percebido como passível de ser enquadrado na categoria *destino turístico*.

Partindo de uma reflexão geral sobre os estudos da *Cultura Material* e concordando que objetos ou coisas⁴ habitam, assim como nós, um mundo social, e que existe uma relação indissociável entre o mundo material e os seres humanos, de modo que o inseparável universo que contém pessoas e coisas é pensando na dialética destas relações, conclui-se que as coisas não podem existir sem nós – que as criamos e guardamos –, do mesmo modo que nós não nos configuramos plenamente sem as materialidades. O foco na circulação e na biografia dos objetos, enquanto referencial teórico-metodológico, acaba por elucidar os contextos humanos e sociais de sua existência, tornando-os poderosas fontes de informação, conforme apontam as análises de Arjun Appadurai (2010), Igor Kopytoff (2010) e Alfred Gell (2010), entre outros que tem investigado o que podemos chamar de *biografia cultural das coisas*.

A perspectiva teórico-metodológica denominada *biografia cultural das coisas* interessa-se pela reflexão acerca da variação da atribuição de significados a coisas e do como as experiências humanas se desenvolvem sucessivamente no decurso da vida social e do cotidiano. Nessa perspectiva, o significado das coisas não está necessariamente inserido nas formas e, sim, no modo com nos relacionamos com as coisas e, especialmente, nas distintas posições sociais que as coisas ocupam em nossas trajetórias e vidas. Em termos metodológicos, a adoção de tal perspectiva implica em desviarmos a atenção de sobre como os significados dos objetos são construídos ou representados socialmente e nos atentarmos para como coisas ou objetos são determinantes em nossa vida diária. Tal visão, sugerida por Appadurai (2010), recai sobre a percepção de que não podemos desconsiderar que coisas ou objetos são também possuidores de uma vida social e que, assim como as pessoas, possuem uma biografia cultural e social. Appadurai enfatiza ainda que a biografia é apropriada para coisas específicas, enquanto passa por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, desta forma, uma biografia específica ou mesmo um conjunto de biografias.

Objetivando analisar e discorrer acerca de como uma coisa ou objeto é transformado em destinação

2 Sobre o conceito de valor turístico, ver “O valor turístico na economia da sustentabilidade”, de Leandro de Lemos (2005).

3 Ver José Reginaldo Gonçalves (2007).

4 Os termos “coisas” e “objetos” estão sendo utilizados neste trabalho de forma conceitualmente semelhantes.

turística, ou seja, o processo social de aquisição deste valor será descrita a trajetória da patrimonialização das ruínas do centro urbano do extinto município de São João Marcos⁵ (RJ). De acordo com Decreto Estadual nº18/000.062/90, o tombamento provisório em nível estadual aconteceu no ano de 1990. Porém, a história do processo é anterior. Houve, em 1939, o primeiro tombamento do município de São João Marcos. Este processo foi revogado em 1940, por conta da ampliação do espelho d'água da usina hidroelétrica de Lages, que iria alagar toda a cidade. A inundação ocorreu e a cidade, como consequência, foi transformada em ruínas. Em 1941, a Usina Hidroelétrica de Lajes indicou que não seria necessário manter as ruínas da cidade submersas. Houve, neste momento, o início de um processo de disputas práticas e simbólicas relacionadas à incorporação das ruínas ao cenário urbano de Rio Claro, município que assimilou o território da antiga São João Marcos. Há um conjunto de agentes sociais envolvidos nesta disputa. São eles: a *Light Serviços de Eletricidade S.A.*, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), a Prefeitura de Rio Claro, representada pela Secretaria de Cultura, além dos movimentos sociais que integravam ex-moradores e seus descendentes, sendo estes, conduzidos pela Prefeitura⁶.

O conjunto de disputas pelas ruínas de São João Marcos promoveu a construção e a manutenção de uma série de sentidos associados à cultura local, cultura nacional, patrimônio público e responsabilidade social. Formou-se uma arena pública de disputa, onde todos os agentes ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais para lutar pela definição do futuro das ruínas da antiga São João Marcos. O resultado final foi a transformação das ruínas em patrimônio público estadual e a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. A reconstrução da biografia cultural das ruínas de São João Marcos – que ocuparam lugar de memória, após o de patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro e, por último, adentraram à fase de mercadoria – torna-se um relevante lócus para o que me proponho no presente trabalho.

Uma das ideias centrais que permeia essa reflexão é o entendimento da ruína como integrante de uma rede. Pode-se dizer que tal concepção apreende a ruína enquanto parte de um conjunto sociocultural, enfatizando as relações sociais e simbólicas em que está inserida e nas quais desencadeia efeitos. A perspectiva de rede abrange a pluralidade e a interdependência dos elementos que compõem o sistema patrimonial, os quais arbitram sobre a seleção, classificação, patrimonialização e apresentação. Essas etapas constituem conjuntos de práticas e representações que revelam como, em cada contexto, os diferentes grupos sociais representam e se apropriam da categoria patrimônio e dos bens patrimoniais. E ainda como cada ação patrimonial oficial é recebida, apropriada e vivida em um mesmo contexto. A partir desse instrumental analítico, pretendo apreender os significados sociais e simbólicos atribuídos a ruínas em contextos diferenciados.

Uma ruína é sempre uma referência do passado; entretanto, assume no presente diversos sentidos, tais como espaços museológicos, patrimônio edificado e atrativo turístico. Sobre as ruínas, Simmel (2005, p. 138) coloca que estas, assim como os monumentos, “mantêm a continuidade cultural, são o nexo dos povos com o seu passado”. No contexto de São João Marcos as categorias ruína e monumento assumem o mesmo sentido, pois monumento, entendido tal como Choay (2006, p. 17-18) define, vem a ser *monumentum*, termo originário do latim que, por sua vez, deriva de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A autora acrescenta que “a natureza efetiva de seu propósito é essencial, não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”. Nesse sentido, esclarece que “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p. 18). A especificidade do monumento deve-se, ainda segundo a autora, ao seu modo de atuação sobre a memória. Concordando com o pensamento de Choay (2006), entendemos que os destroços do conjunto arquitetônico de São João Marcos foram alçados, por aqueles que perderam aquela referência em sua forma integral, à categoria de monumento, pois enquanto tal, as ruínas “foram trabalhadas e mobilizadas pela mediação da afetividade, de forma que lembra o passado, fazendo-o vibrar como se fosse presente”. Desta forma, como vemos na Imagem 1, os resquícios da torre da Igreja Matriz de São João Marcos, é um dos símbolos de um passado que se destaca no presente, enquanto bem tombado.

⁵ Município localizado na região do Vale do Rio Paraíba.

⁶ O material de pesquisa aqui apresentado faz parte do extenso trabalho de campo coletado para elaboração de minha tese de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).



Fonte: Elaborada pela autora.

A autora acrescenta ainda que o passado invocado não é um passado qualquer e, sim, um passado localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode ajudar a manter e preservar a identidade de determinada comunidade. Segundo Choay (2006, p. 19), para aqueles que edificam e para aqueles a quem ele se destina devido às lembranças que encerra, o monumento “é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança”. Dotadas de significado que as caracterizam como monumento, as ruínas de São João Marcos foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) no ano de 1990, tornando-se oficialmente patrimônio. Posteriormente, as ruínas foram transformadas em objeto de exibição.

Interpretadas como um bem cultural as ruínas carregam em si, de acordo com a literatura oriunda da área de Turismo, a potencialidade de um atrativo turístico. Entretanto, como esse objeto é ressignificado e alcança o status de produto turístico, ambicionando o de destinação turística? Apresento, então, a biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos, objetivando contribuir para a reflexão e debate acerca dos valores sociais que permeiam processos de indução à atividade turística.

A biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos

São João Marcos foi um antigo município do estado do Rio de Janeiro, despovoado e demolido, na década de 1940, para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Instituída no ano de 1733, a então Vila de São João Marcos atingiu o auge da prosperidade e o status de município no século seguinte, com a expansão da cultura cafeeira no estado. Em 1889, devido à abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense passou por sérios problemas. A economia de São João Marcos entra em declínio e a

cidade perde importância. Paralelamente, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, apresenta rápido e forte crescimento, fazendo-se necessário a ampliação da rede de energia elétrica e água potável encanada. A *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company*⁷, companhia de eletricidade local, entendeu que a melhor opção era criar uma represa e uma hidrelétrica no Ribeirão das Lages, exatamente onde estavam situadas as maiores propriedades da área rural de São João Marcos.

A decadência de São João Marcos era flagrante, ao ponto de, no ano de 1938, ser extinto como município, tornando-se um distrito do município vizinho, Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e classificado oficialmente como *raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial*, atendendo aos pedidos da população local. Entretanto, em 1940, o presidente Getúlio Vargas *destombou*⁸ o distrito a fim de ceder as terras para a ampliação da represa que havia sido proposta pela companhia de eletricidade.

Em 2008, após tombamento em nível estadual das ruínas do antigo núcleo urbano, o Instituto Light⁹ iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, com o objetivo de contribuir para a preservação histórica e cultural da região e para o desenvolvimento do turismo local.

Período entre 1939-1990: construção e manutenção da memória da demolição

Os marcossenses, entendidos aqui como aqueles que vivenciaram o episódio de demolição e inundação de sua cidade, não se conformaram com o destino de São João Marcos e repassaram essa memória para seus filhos e netos. Entrevistas realizadas por ocasião de trabalho de campo para elaboração da tese revelam que, ao falarem sobre o episódio da demolição e inundação, é recorrente que eles se reportem a uma *luta* dos moradores, sendo essa luta sempre associada à *dificuldade* e até mesmo à *inutilidade* da mesma perante o *poderio econômico que representava* a Light Serviços de Eletricidade S.A. A luta e a resistência em preservar a memória coletiva de São João Marcos incide, então, sobre a propagação da memória. Como conta o filho de uma moradora de São João Marcos à época da demolição e inundação, sua mãe, “falava muito sobre o local, como era lá, como viviam bem e depois da *Light* tudo mudou...”, exemplo de como a propagação da memória foi a forma encontrada pelos moradores para lutar contra a *Light Serviços de Eletricidade S.A.*

Tendo à frente a Prefeitura de Rio Claro, através da Secretaria de Cultura, foram organizados vários movimentos objetivando o fortalecimento da proposta de tombamento das ruínas, elemento simbólico material da memória da demolição e inundação de São João Marcos. Os tombamentos vinham sendo tentados sem sucesso desde 1966, quando o pedido foi encaminhado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas somente com a Constituição de 1988 surge a possibilidade de concreta do tombamento, pois devido ao inciso LXXIII, do Art.5º, a população local adquire instrumentos para a *defesa de seu patrimônio histórico e cultural*:

[...] qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Diante do exposto, é possível perceber que a “luta” dos marcossenses continuaria em outra direção, isto é, não somente reproduzindo e propagando a memória da demolição e inundação, mas através da patrimonialização das ruínas, para então retirá-las da posse da *Light Serviços de Eletricidade S.A.*

7 Atual *Light Serviços de Eletricidade S.A.* Para mais informações acerca das mudanças em termos de acionistas, capital e atuação da *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* para *Light*, ver Oliveira (2012).

8 Categoria nativa cujo sentido relaciona-se com a noção de revogação do tombamento.

9 O Instituto Light é uma organização financiada pela Light. A principal missão desse Instituto, conforme conta no site da empresa é “Contribuir para o aprimoramento das condições econômicas e sociais da área de concessão da Light, através de programas que vinculem responsabilidade social com o interesse funcional e o domínio geográfico da empresa, apoiando a promoção do bem público e, ao mesmo tempo, a lucratividade de longo prazo da empresa”.

Período entre 1990-2010: ressignificações

O ano de 1990 foi marcado por manifestações de apoio ao tombamento definitivo das ruínas, pois o provisório, em nível estadual, havia sido decretado no mês de fevereiro do referido ano. Desde então, a Prefeitura de Rio Claro passou a limpar o terreno para identificar os destroços, retirou as cancelas do caminho para a Ponte Bela¹⁰ e recuperou o acesso da *cidade morta*¹¹ a moradores, visitantes, especialistas e estudiosos da região, além de promover atividades objetivando o tombamento definitivo.

Diferentemente do momento em que a luta pela memória baseava-se na reprodução e propagação das mesmas, as manifestações acima relatadas apresentam uma organização de cunho político; embora o *inimigo* fosse o mesmo, nota-se que o foco da disputa foi alterado e passou a incidir também sobre algo que, para aquele grupo, já era considerado patrimônio, mas cujo tombamento ainda não havia sido decretado. A luta agora não era somente para preservar a memória e sim para preservar uma memória representada por um patrimônio que favoreceria a exibição de todo um contexto social.

Paralelamente à mudança na concepção de luta empreendida do decurso deste processo social, a *Light* também passa por processos internos de ressignificação de valores. Depoimentos colhidos invariavelmente revelam um ressentimento para com a empresa, que é acusada de retirar os moradores de suas casas e não fornecer o ressarcimento devido, assim como de prometer a reconstrução da Igreja Matriz e do núcleo urbano e não fazê-lo. A *Light* defende-se apresentando a documentação de compra de terras e imóveis antes de promover a demolição dos mesmos. Nesse cenário, população e o poder local colocam a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos como uma obrigação da empresa, que deveria *reparar o erro do passado*. A empresa responde: “A *Light* não tinha a necessidade de reparar nada...as terras haviam sido compradas pela empresa, há os registros dessa compra.”¹²

As acusações revelam o péssimo relacionamento entre a empresa e a população local, que é faz parte de sua clientela, mas a percebe como responsável pela *destruição da cidade*. Entre os elementos concretos desse conflito, destacam-se a alta taxa de inadimplência, o furto de fios elétricos, o roubo de energia através dos mecanismos vulgarmente denominados “gatos”, que são os maiores problemas enfrentados pela *Light*, embora a empresa acredite que essa problemática tem seu fundamento na *cultura brasileira*. Segundo a *Light*, seria papel das empresas contribuírem para uma mudança desta cultura, através de programas e projetos que viessem a *promover o bem público*, raciocínio que se insere no seu programa de responsabilidade social, do qual fazem parte, por exemplo, projetos que envolvem crianças: para a empresa, “uma criança ao ver a complexidade da geração de energia elétrica no museu da energia, por exemplo, certamente vai questionar o pai ao vê-lo fazer um ‘gato’ ou roubar fios”¹³.

No período que compreende os anos de 1990 a 2010, há ainda a entrada e participação ativa de um outro ator nesse processo, o Instituto Estadual do Patrimônio (Inepac). Em entrevista com o diretor de pesquisa e documentação do referido instituto¹⁴, foi apresentado o argumento de que a recuperação da memória das ruínas é de “fundamental importância para que a população se identifique e venha a colaborar com a proteção desse bem”¹⁵. Desta forma, a visão do Inepac é a de que as empresas detentoras de espaços físicos tombados estariam “moralmente obrigadas a uma socialização¹⁶ do patrimônio”, a qual ocorreria, em alguns casos, conforme colocado durante entrevista, através da atividade turística. Nesse sentido, ruínas e outros tantos bens legal e oficialmente patrimonializados tornam-se também atrativos turísticos. Apresentadas como vestígios materiais da história da

10 Trata-se de uma ponte cuja construção data do período áureo do município. Não tendo passado pelo processo de demolição, é percebida como símbolo de modernidade e tecnologia da época.

11 Categoria nativa.

12 Trecho retirado de entrevista concedida por um funcionário do Instituto Light à autora do presente trabalho no ano de 2010.

13 Idem.

14 Trecho retirado de entrevista concedido à autora do presente trabalho no ano de 2009. Conforme preza a tradição e metodologia antropológica, limito-me a informar que tal entrevista se deu com um dos diretores do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), mas resguardo a identidade do entrevistado; assim como tenho preservado a dos demais, cujas falas estão sendo reproduzidas ao longo dessa reflexão.

15 Trecho retirado de entrevista concedida por um diretor do Inepac à autora do presente trabalho no ano de 2010.

16 Categoria nativa, cujo sentido está associado à ideia de um “compartilhamento” de utilização, apreciação e fruição do patrimônio. Partindo do pressuposto de que os bens culturais não circulam de forma igual entre as distintas parcelas da população, haveria a necessidade de construção ou elaboração de medidas que venham a facilitar o acesso a esses bens.

humanidade, ruínas atraem visitantes de várias partes do mundo e no caso de São João Marcos, as ruínas impregnadas em uma memória ativada e reelaborada pela construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, tem atraído visitantes interessados na materialidade dessas memórias, expressas, por exemplo, nas Imagens 2 e 3, em que podemos visualizar partes integrantes do conjunto tombado pelo Inepac.

Imagem 2 – Ruínas da Casa do Capitão Mor (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

A noção de responsabilidade social apresentada pela *Light Serviços de Eletricidade S.A.*, a nova concepção de luta empreendida pelo poder e população local, assim como a noção de “socialização do patrimônio” defendida pelo Inepac, revelam novos valores que trazem em si a possibilidade de minimização de conflitos e favorecem a produção de novos acordos sociais. A ressignificação de valores atribuídos à memória da demolição produziu, assim, um novo discurso, cuja história está sendo contada através do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e reafirmada através da atividade turística.

Imagem 3 – Ruínas da Igreja Matriz, piso identificado e integrante do conjunto tombado (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

Período entre 2010 - atual: a fase mercantil das ruínas

Conforme apresentado, com a forte pressão por parte do poder público local e também do Inepac para a *devolução das ruínas à população*, ganha força a decisão de construção de um empreendimento que viesse reunir tais memórias, já consolidadas enquanto patrimônio, e apresentá-las através de exposição pública. Nesse contexto, a atividade turística é percebida como instrumento capaz de promover o desenvolvimento local da região, promover a cultura e valorizar a história local.

Diante do exposto, ganha destaque a reflexão de José Reginaldo Gonçalves (2010) ao afirmar que, entre os atores inseridos nos processos de reivindicação e estabelecimento de processos patrimoniais, está o “mercado”, conforme exposto na comunicação realizada em 2010, durante o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS):

Nesse período, pode-se perceber uma intensificação das relações entre o patrimônio e o chamado mercado e, especificamente, o turismo. Cada lugar que vem a ser reconhecido como “patrimônio” (seja cultura ou natureza) já é ou torna-se rapidamente em uma atração turística. [...] De certo modo, os objetos materiais e práticas sociais classificadas como “patrimônio” são ao mesmo tempo condição e efeito da chamada indústria turística. Talvez muitos dos estudos sobre patrimônio tenham mantido seu campo de observação, descrição e análise nos limites das políticas estatais de preservação e de suas agências, deixando em segundo plano o papel desempenhado pelas diversas agências do mercado (GONÇALVES, 2010).

De acordo com Steil (2002), trabalhos sociológicos e antropológicos que têm focado o turismo como tema, diferenciam-se basicamente pelo fato de que a Sociologia tende a construir um olhar externo sobre o turismo, pensando-o em termos do seu papel na organização e no processo social como um todo, enquanto a Antropologia busca penetrar em sua dinâmica interna, enfocando as dimensões culturais e interculturais e procurando lançar luz sobre um conjunto de práticas sociais que estabelecem uma complexa rede de relações, em que estão envolvidos diversos agentes individuais e institucionais. Para o autor, a Sociologia pensa o turismo como um *fato social* que *preexiste* ao indivíduo e se impõe desde o exterior, ao passo que a antropologia considera-o como um “fato social total”, ou seja, um domínio em que os indivíduos estão inteiramente implicados com seus pontos de vista, interesses e motivações conscientes e latentes.

Steil prossegue colocando que no campo da sociologia o turismo é interpretado a partir de três correntes: uma primeira, que o toma como simulacro do real; outra, que o analisa a partir do referencial teórico usado nos estudos da religião, particularmente a Teoria dos Rituais; e uma última, que procura associar turismo e consumo, invertendo o sentido que estas práticas e categorias possuíam nas análises anteriores, propondo, assim, um sentido positivo para os dois polos da díade. A corrente que analisa o turismo como simulacro é composta por autores como Boorstin (1992), Baudrillard (1988) e Urry (1996), que entendem que o turismo, especialmente na sua versão de turismo de massa, seria uma prática social que carece de autenticidade. As viagens guiadas por agentes turísticos criariam, assim, um ambiente artificial para seus participantes, não permitindo que estes tenham qualquer contato com o mundo *real* dos habitantes que os acolhem. Do ponto de vista dos nativos e promotores do turismo, teríamos uma outra situação de inautenticidade, visto que estes são induzidos a realizar espetáculos e exposições cada vez mais estereotipadas para observadores ingênuos e *alienados*. O turismo estaria, assim, reforçando um sistema fechado de ilusões, que se perpetuaria através de simulacros que funcionam como espaços de fuga.

A corrente que aplica o referencial dos estudos da religião e dos rituais para interpretar o fenômeno do turismo aparece pela primeira vez nos trabalhos de MacCannell (1973) e, segundo Steil, a inspiração daquele deve ser atribuída à Durkheim, que via nas grandes procissões do turismo moderno um ritual, celebrado em datas fixas e cumprindo com o objetivo de intensificar o laço social nas sociedades contemporâneas. Para autores dessa perspectiva, o turismo aparece como um substituto moderno da religião tradicional, de modo que deve ser considerado não apenas como uma atividade, mas, sobretudo, como uma orientação para o mundo moderno (STEIL apud CHAMBERS, 1997). A associação do turismo ao consumo (STEIL apud CAMPBELL, 1987; URRY, 1995) relaciona o devaneio e a expectativa como os mecanismos fundamentais

por meio dos quais se instaura na sociedade contemporânea o *espírito do consumismo*. Os indivíduos não procuram a satisfação nos produtos, mas através deles. A satisfação nasce na expectativa da procura do prazer, que se situa na imaginação. Os turistas não consomem lugares ou *olhares*, mas através dos lugares e olhares buscam a realização de um desejo que transcende e povoa sua imaginação.

De acordo com Steil (2002), as pesquisas sociológicas estavam voltadas para definir as motivações de caráter funcional e estrutural que deram origem e mantinham em curso as atividades turísticas, dando pouca ou nenhuma atenção para as comunidades que recebiam os turistas e os modos pelos quais estas mesmas comunidades se engajam nessas atividades. O foco nas comunidades e nas experiências coletivas e individuais dos turistas e moradores locais será o que vai distinguir os estudos antropológicos no campo das Ciências Sociais, independente do viés que assumem suas interpretações.

Pesquisas antropológicas e estudos de caso acerca da relação entre turismo e patrimônio cultural têm ocupado cada vez mais espaço dentro de uma Antropologia do Turismo (BURNS, 2003; TALAVERA, 2003; PERALTA, 2003; PÉREZ, 2009; TALAVERA, 2009), abordando, na maioria dos estudos, a utilização do patrimônio enquanto recurso turístico e seus processos de identificação nacional e local, autenticidade e impactos nas relações entre visitantes e visitados. Entretanto, como Gonçalves (2010) apontou, é importante analisar o mercado, pois a partir dessa perspectiva, temos revelado outro processo: o de transformação de uma localidade em ponto turístico. Essa contribuição singular será fundamental para o entendimento do turismo como um *fato social total*, no qual está implicada uma rede complexa de práticas e sentidos que emergem nesses contextos, sendo nesse raciocínio que o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos apresentou-se como *locus privilegiado* para o presente trabalho.

Assim sendo, as reflexões apresentadas a seguir têm como suporte teórico noções desenvolvidas pelos antropólogos Arjun Appadurai, Igor Kopytoff e William Davenport, apresentadas na obra organizada pelo primeiro, intitulada *A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural* (Appadurai, 2010). Tomo de Appadurai a afirmação de que a criação de valor é um processo mediado pela política e que a definição de mercadoria passa pela percepção de sua situação mercantil.

Na obra anteriormente citada, Appadurai propõe uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadoria na vida social. Para o autor, a troca econômica cria o valor, e esse é concretizado nas mercadorias trocadas; entretanto, concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria vínculo entre troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo. No intuito de concentrar-me nas coisas trocadas, adotei a proposta de Appadurai e segui a ruína em si mesma, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Assim, analiso a trajetória das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos, considerando que, de uma perspectiva teórica, atores humanos codificam as coisas por meio de significações, e de um ponto de vista metodológico, são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social.

O quadro cultural que determinou a candidatura das ruínas ao estado de mercadoria caracteriza-se por uma gama de padrões de valores compartilhados, denominados por Appadurai como *regimes de valor*, para não implicar no entendimento de que todo ato de troca de mercadorias pressupõe um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. Dessa forma, o contexto mercantil se refere à variedade de arenas sociais que contribui para o estabelecimento do vínculo entre a candidatura das ruínas ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira. A variedade de tais contextos produz o vínculo entre o ambiente social da mercadoria ruína e seu estado simbólico e temporal. Portanto, a mercantilização das ruínas residiu na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais.

Appadurai (2010) coloca que uma distinção estabelecida originalmente por Jacques Maquet, em 1971, a respeito de produções estéticas, divide mercadorias nos quatro tipos que se seguem: 1) mercadorias por destinação, ou seja, objetos destinados principalmente à troca pelos próprios produtores; 2) mercadorias por metamorfose, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria; 3) mercadorias por desvio, um caso especial, mais acentuado de mercadorias por metamorfose, isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias, embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado; 4) ex-mercadorias, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas em um outro estado. Entendendo as ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos como mercadorias

por desvio, defendo que as mesmas encontram-se em fase mercantil de sua biografia, conforme apresentado na Imagem 4, em que é possível observar um dos momentos em que um grupo de visitantes conhecem o local.

Imagem 4 – Vista geral do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme argumentou Appadurai (2010, p. 78), a política “no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder” é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias. E o político, no processo temporal que acompanhou as ruínas de São João Marcos, refere-se à tensão constante entre quadros existentes e a tendência das ruínas a romperem tais quadros. No processo em questão, a política assumiu formas de exibição e autenticação, conforme coloca o autor: “É nesse sentido que a política é o vínculo entre regimes de valor e fluxos de mercadorias específicos”.

Propondo o referencial teórico-metodológico da biografia cultural das coisas

A proposta deste trabalho foi a de descrição da biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos. Para tal, tomei como objeto de estudo desse processo, a patrimonialização das mesmas, pois aí reside a relação entre as ruínas enquanto memória e as ruínas em sua fase mercantil. Parti da noção de que objetos habitam, assim como nós, um mundo social, e de que existe uma relação indissociável entre o mundo material e os humanos, de modo que o inseparável universo que contém pessoas e objetos contempla a dialética destas relações, embora esta não seja uma ideia completamente nova ao pensamento antropológico, pois desde Mauss os objetos são tratados como portadores de trajetórias e agentes de circulação social. A estratégia, do ponto de vista metodológico, de seguir os objetos a partir dessa noção, torna

relevante a proposta, pois os significados dos objetos estão inscritos em seus usos, seus diversos percursos sociais e evidencia o quanto a circulação dos mesmos é capaz de elucidar contextos sociais.

Estudos acerca de processos sociais e simbólicos de reclassificações inerentes à patrimonialização de bens têm revelado a construção e os efeitos desses bens que, conforme exposto por Gonçalves (2007, p. 29), encontram-se “situados à condição de bens inalienáveis e que circulam, paradoxalmente, para serem guardados e mantidos sob o controle de determinados grupos e instituições, assegurando para estas sua continuidade no tempo e no espaço”. Na análise apresentada nesse trabalho, a estratégia metodológica favoreceu a possibilidade de repensar as barreiras colocadas entre dádivas e mercadorias, pois a condição de bem inalienável, dádiva e mercadoria, não é a essência permanente dos objetos, mas apenas uma fase na vida de alguns objetos.

Pelo fato dos objetos transitarem dentro e fora dos estados de bens inalienáveis, dádivas e mercadorias, podemos pensar que o fluxo dos objetos, em qualquer situação, é sempre um acordo oscilante entre caminhos socialmente regulados e desvios motivados. O processo cultural que envolve as ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos apresenta tipos de interação que revelam como elementos de uma rede foram se mesclando, se modificando, se complexificando, fazendo novas conexões e se estabilizando em alguns resultados provisórios.

A biografia cultural dessas ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos evidenciam fases. Em seu momento inicial, foram identificadas enquanto materialização de uma memória, sendo posteriormente inseridas no contexto de patrimônio arqueológico e memorial do estado do Rio de Janeiro e, atualmente, sendo consumidas através da exibição turística. A fase em que as ruínas representaram a materialidade de uma memória foi manifestada a partir da reprodução da memória da destruição. Os marcosenses transmitiram suas memórias a seus descendentes; enquanto a *Light* silenciou. O duelo de vozes e posturas diante do fato constituiu um intenso campo de disputas por autenticidade e legitimidade, em que categorias como “atraso” e “progresso” relacionadas ao momento anterior à demolição, foram suplantadas pelas categorias “sacrifício” e “crime”, no momento posterior à demolição. O contexto de surgimento destas categorias traz consigo uma dimensão complementar, que atua como mediadora da relação empresa/cliente. Esta relação envolveu o enfrentamento manifestado pelos moradores através do não pagamento de contas de energia elétrica e a utilização de “gatos”.

O levantamento das categorias presentes no momento em que as ruínas circunscreviam-se somente à esfera memorial dos moradores de São João Marcos, evidenciou que transformações ocorreram, contudo, não implicaram em um processo linear, de substituição de antigas categorias por novas. As discussões que despertaram constituiu um campo em disputa que, na biografia das ruínas, foi responsável por conduzi-las à patrimonialização.

As ruínas, ao serem compartilhadas com um grupo social mais amplo – pois a memória do episódio rompeu as barreiras de circulação – foram agregados os valores inerentes aos bens tombados. Naquele contexto, elas foram percebidas como algo que deveria ser “socializado”, termo que, em categoria nativa, é entendido como bem a ser usufruído pela coletividade. No caso das ruínas de São João Marcos, a “socialização” manifesta-se sob a exibição turística e promove a reelaboração de subjetividades através do discurso do turismo produzido no e pelo Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. A categoria *moradores*, que antes representava o grupo de pessoas residentes e frequentadores de São João Marcos, que se opuseram à *Light* ao longo do período de rompimento por sentirem-se *humilhados*, é atualmente valorizada por suas vivências e memórias sobre aquele processo; já a *Light* é uma *empresa parceira*, que valoriza a *cultura* e contribui com o *desenvolvimento* daquela região. Nesse sentido, acreditamos que as ruínas entraram em uma fase mercantil, explicitada por discursos e ações que revelam novas configurações dos atores humanos e não humanos¹⁷ envolvidos nesse processo.

Ao longo de todo esse processo cultural, a política, entendida aqui como relações de disputas e tensões relativas ao poder, vinculou valor e significado à vida social do objeto ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos. As distintas e várias negociações não seriam possíveis se não houvesse um amplo conjunto de acordos concernentes ao que é desejável e que consiste uma *troca de sacrifícios*¹⁸.

17 Sobre o conceito de atores humanos e não humanos, ver Bruno Latour (2000).

18 De acordo com Appadurai (2010), Simmel (1978, p.80) defende que “o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem. Tal troca de sacrifícios é o que constitui a vida econômica, e a economia, como forma social específica, *consiste não apenas em trocar valores, mas na troca de valores*. O valor econômico é, para Simmel, gerado por essa espécie de troca de sacrifícios”.

Durante o trabalho de campo entrevistei moradores, filhos de moradores e frequentadores de São João Marcos. O filho de uma moradora contou a história de sua mãe e relatou com pesar que, devido a uma mudança de residência, não conseguiu guardar uma *caixa de memórias* pertencente a ela e na qual estavam diversos objetos relativos ao período em que sua mãe lá viveu. Em uma ocasião, fomos até a entrada do Parque que ainda estava em construção e, ao questioná-lo sobre como se sentia diante de uma imensa *caixa de memórias*, obtive a seguinte resposta:

Naquela caixa dela tinha um monte de coisas. Jornais velhos, retratos, imagem de São João Marcos (do santo). Aquilo tudo era muito importante pra ela. Eu não tenho nem noção disso tudo, pra todos eles devia ser muito importante esse lugar. Por isso eu acho que essas ruínas não estão aqui pra mim. Por outro lado, eu tô aqui por causa delas, né?¹⁹

Refletindo sobre a colocação do entrevistado, não me parece restar argumentos contrários à percepção de que trajetórias que compõem biografias culturais são construídas com pessoas e objetos ou humanos e não humanos.

As biografias culturais, por entrelaçarem pessoas e objetos ou humanos e não humanos, apresentam-se desta forma, como percursos metodológicos interessantes e rentáveis em termos analíticos, pois conforme aponta José Reginaldo Gonçalves (2005) em *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*, o patrimônio enquanto conceito moderno carrega em si três características. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular a ligação do presente com o passado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades, ou seja, o patrimônio, por estar ligado ao passado como algo herdado e ao mesmo tempo construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando autoconsciência. A reunião dessas características faz do patrimônio uma categoria de pensamento e, conseqüentemente, um poderoso instrumento de análise da sociedade atual. Quando aplicamos tal reflexão ao estudo do turismo, temos nessa construção teórico-metodológica o processo social e cultural do que é conceituado no campo do turismo como *atrativo turístico, produto turístico e destino turístico*.

Considerações finais

Comumente, afirma-se que o turismo é o encontro de culturas. Entretanto, consideramos que o Turismo, como diria Levi-Strauss (1980), *é bom para pensar*, isto é, podemos perceber no fenômeno em questão o arranjo de significados atribuídos às ações envolvidas no processo, à organização social para, a partir daí, retirarmos elementos para pensar uma ordem de questões. Observado pelo crivo das relações sociais, o turismo pode ser definido como o fenômeno que transforma espaços sociais ordinários em extraordinários.

Roberto DaMatta (1997), na obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, buscou explicitar valores, atitudes e sistemas de ideias que permitissem observar a criação da identidade social brasileira. Para analisar essa questão, o autor chamou atenção para a observação dos eventos sociais brasileiros e destaca que há princípios reveladores nessas ocorrências. Um evento promove a separação entre o cotidiano e os eventos extraordinários, sendo a passagem de um universo a outro, marcada por modificações de comportamento que favorecem as condições para que o acontecimento ou evento sejam percebidos como especiais.

Segundo DaMatta, o que caracteriza um outro princípio revelador dos eventos sociais refere-se ao fato do domínio do extraordinário ser segmentado, isto é, estar contido nesse fenômeno eventos previstos e imprevistos pelo sistema social. Na categoria de eventos previstos e constituídos pela própria sociedade, há aqueles altamente ordenados, envolvidos em planejamento e respeito, e os eventos dominados pela brincadeira, diversão e licença social, nos quais o comportamento é liberado e ocorre em decorrência da suspensão temporária das regras de uma hierarquia repressora. Para o autor, o melhor exemplo desse último tipo de evento seria o carnaval.

¹⁹ Trecho retirado de entrevista concedida pelo filho de uma moradora de São João Marcos à autora do presente trabalho no ano de 2011.

Nessa linha de raciocínio, o fenômeno turismo encaixa-se na perspectiva de um evento social, pois rompe com o cotidiano de uma população nativa, ainda que essa possa ser, em alguns casos, pouco impactada pela atividade turística. Rompe-se também com o cotidiano daqueles que vão empreender a viagem turística, tendo em vista que é prerrogativa básica para a ocorrência do fenômeno, o rompimento das atividades relacionadas à teia de compromissos em que o agente da futura ação está imerso em sua vida diária. A ordem de questões resultantes desse evento social é que deve ser o objeto de estudos antropológicos e a proposta metodológica para a análise de processos de atribuição de valor a objetos ou coisas que são transformadas em produto turístico a ser inserido na cadeia de consumo, aqui defendida, é a da *biografia cultural das coisas*, pois iluminar coisas e objetos pode ser um caminho rico, especialmente se atentarmos para as relações que os sujeitos tecem com eles, procurando perceber como atuam, quais valores, sentidos e práticas guardam, produzem e reproduzem. Olhando para as coisas e objetos, são enriquecidos os conceitos sobre atrativo, produto e destino turístico, mais do que isso, lança-se luz sobre o processo de transformação de um atrativo em destino turístico, verificando que tais processos, embora gerenciados pelo mercado, não são espontâneos e, sim, construídos culturalmente.

Referências:

- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____ (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 15-87.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística*. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.
- BURNS, Peter. *Turismo e Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- COOPER, Chris et al. *Turismo: Princípios e Práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- GELL, Alfred. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 143-178.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 108-123.
- _____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Patrimônio e Memória: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DPA/Faperj, 2003. p. 25-33.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- _____. *A Crise do Patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente*. Comunicação oral apresentada no Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 2010.
- INSTITUTO LIGHT PARA DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL. Disponível em: <<http://www.light.com.br/grupo-light/Instituto-Light>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 89-123.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.
- LEMOS, Leandro. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- PÉREZ, Xerardo. Turismo Cultural. Uma visão antropológica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Tenerife, n. 2, 2009. (Coleção Pasos Edita). Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. *Memória, Patrimônio e Turismo: A Biografia Cultural das Ruínas do Conjunto Arquitetônico de São João Marcos (RJ)*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 137 - 144.
- STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário Almeida; ANÉCIO, Joaquim; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Orgs.). *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 51-80.
- TALAVERA, Augustin Santana. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- _____. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.
- URRY, John. *O olhar do Turista: Lazer e Viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1996.
- VALLS, Josep-Francesc. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.